



## RELATO SOBRE O 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST

NA LUTA POR “REFORMA AGRÁRIA: POR JUSTIÇA SOCIAL E SOBERANIA POPULAR”, O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA OCUPA A CAPITAL FEDERAL BRASILEIRA DURANTE A ORGANIZAÇÃO DO SEU 5º CONGRESSO NACIONAL

André Vasconcelos Ferreira<sup>1</sup>

Realizou-se em Brasília-DF, entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, o 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Sob clima de festividade e definição política, reuniram-se 17.500 trabalhadores de 24 estados do Brasil, além de 181 convidados internacionais, entre eles, representantes de 21 organizações de trabalhadores oriundos de 31 países.

O 5º Congresso do MST ocorreu no contexto da superior territorialização do capitalismo no mundo, assim como, do maior acirramento das contradições sociais geradas sob este sistema. O fenômeno da territorialização do capital no Brasil, com ênfase para o advento do “neoliberalismo”, está relacionado ao movimento universal da produção social capitalista, mais ainda, conforme o capital avança sua territorialização (acumulação), privatizando o território, explorando o trabalho, superando formas isoladas de produção e, finalmente, submetendo a existência da sociedade a um domínio mundialmente articulado. Neste sentido, os desafios da existência humana tornam-se, a cada dia, mais exigentes de soluções construídas em escalas globais; e a elevada participação no Congresso do MST de movimentos sociais originários de diversas regiões do mundo parece expressar a consciência desta necessidade. Ressalte-se que, a efetiva organização junto aos referidos setores sociais decorre sobremaneira do fortalecimento da política de relações internacionais do MST levada a efeito desde a década de 1990 quando foram realizados os trabalhos de formação e organização da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas (CLOC) e da Via Campesina.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC. Relato escrito em Florianópolis, julho de 2007.



**Figura 1:** Tendas onde foram organizados os alojamentos do Congresso.

Tais articulações embasam os esforços pela construção de “um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro”, como diz a Carta do 5º Congresso, que pretende guiar as ações do MST no próximo período. Na mesma direção, o documento trata da necessidade de: “construir com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular, nos municípios, estados e regiões brasileiras”; também de “contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas”; e de “exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA”.

Além de incentivar a integração do Movimento Sem Terra com diversos setores da sociedade, incluindo outros movimentos sociais, o 5º Congresso atuou como espaço de discussão das questões que afetam a vida dos trabalhadores no Brasil e no Mundo. Foram aprovadas propostas de luta “contra”: “qualquer política que tente retirar direitos dos trabalhadores já conquistados”; “as privatizações do patrimônio público”; “a transposição do Rio São Francisco”; “as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio”; “o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala”; “as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro”; “o trabalho escravo, a super-exploração do trabalho”; “a violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais”.

Durante o 5º Congresso reforçou-se a compreensão de que os interesses do capital financeiro transnacional se fundiram, na atualidade, aos do latifúndio brasileiro – isto, na figura do “agronegócio” que, no caso, representa os interesses da mundialização do capital e da sua respectiva divisão territorial do trabalho. Neste sentido, a proposta do MST de construção de um projeto popular para o Brasil – e, isto ficou evidente no Congresso – se articula a partir do combate ao “agronegócio”, e vai além, quando o Movimento propõe elementos de um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade; o que, segundo a Carta do 5º Congresso, passa pela garantia de: “um limite máximo do tamanho da propriedade da terra”; “demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas”; “que a terra e a água, como bens da natureza, estejam condicionadas aos interesses do povo”; “controle da produção de

agrocombustíveis pelos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, buscando a soberania energética de cada região”; “defesa das sementes nativas e crioulas”; “difusão das práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente”; “produção de alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno”; “preservação das matas e o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, na luta contra o aquecimento global”; “acesso ao ensino fundamental, à escola de nível médio e à universidade pública, gratuita e de qualidade para a classe trabalhadora”; “desenvolvimento de diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora”; “que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres”; finalmente, “a democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo”.

As elaborações reunidas na sua Carta do 5º Congresso do MST (aprovada em plenária, após ter sido proposta pela Direção do Movimento, discutida pelas Brigadas de cada estado, de terem sido feitas sugestões e, por fim, uma nova sistematização) refletem a consciência tornada hegemônica no seio do Movimento Sem Terra. Do mesmo modo que, a experiência organizativa realizada durante a produção do Congresso segue o exemplo das ações e da cooperação efetivamente realizada pelo Movimento no espaço cotidiano da luta. E, foi certamente daí que surgiram as maiores lições. Na nossa ida para Brasília, já na primeira parada para lanche, nós, da Brigada dos “movimentos urbanos”, fizemos uma assembléia: apresentamos-nos e recebemos algumas informações sobre o que, provavelmente, iríamos encontrar em nosso destino. Também fomos informados que teríamos que definir as pessoas do nosso ônibus que viriam se integrar nas Brigadas gerais de organização do Congresso. Não apenas os integrantes do MST, mas todos os participantes do Congresso foram chamados a contribuir com a organização do evento.



**Figura 2:** Refeitório do 5º Congresso do MST (organizado pelo Movimento, por estado).

Em maior ou menor medida, os participantes do Congresso foram também sujeitos de sua organização, talvez por isso o evento tenha se realizado com relativo sucesso econômico; basta dizer que foi cobrada uma taxa de inscrição de R\$ 10 e pedida uma contribuição de 1 K de alimento para cada participante, o que permitiu realizar três refeições diárias para mais de 18 mil pessoas – incluindo aproximadamente mil crianças “Sem-Terrinhas” – e garantir alojamento, bolsa, material de estudo, livro, camiseta, boné, etc. para cada um. É claro que, para isso, contou-se com a cooperação realizada pelo MST nos espaços produtivos dos assentamentos, em atividades agrícolas, agroindustriais etc.; que contribuíram, essencialmente, para a estruturação econômica do Congresso. Também se pode falar do apoio prestado por outros movimentos sociais (sindicais e populares), em particular, no que toca as contribuições para o transporte dos militantes. E, ainda, do Governo do Distrito Federal, que disponibilizou as instalações do Ginásio Nilson Nelson, além das suas imediações (onde foram instalados refeitórios, alojamentos, banheiros, ciranda infantil etc.) e garantiu limpeza (bem ou mau) e iluminação dos espaços públicos durante os dias do Congresso.

Já a Marcha, realizada no penúltimo dia do Congresso, na qual fileiras de militantes somando aproximadamente 7 km de extensão pararam a capital federal brasileira, deixou sua mensagem registrada numa grande faixa estendida no muro do Congresso Nacional, acusando os três poderes da República de “impedir a Reforma Agrária”.



**Figura 3:** Marcha do MST, realizada em Brasília – DF, no dia 14 de junho de 2007.

Com a realização do 5º Congresso, o MST deu mais um passo na construção da sua organização. Pode-se considerar que, representa um passo importante para a redefinição da luta de classes mundial; no campo do enfrentamento nacional houve que tomar posição quanto às ações do Governo Lula – já em seu segundo mandato à frente do país; localmente, as lutas do Movimento fazem referência às grandes empresas

transnacionais e à tentativa destas de se apropriar das fontes de água, das terras e sementes, para não dizer, de todo o patrimônio historicamente construído pela humanidade.

O 5º Congresso do MST tem assim lugar na luta dos trabalhadores por sua emancipação frente o desenvolvimento do capital e sua territorialização incessante; quando, no período atual, avança o acirramento do conflito social, conforme evolui a contradição capitalista, opondo a classe dos que dominam crescentemente a propriedade dos meios de produção sociais à classe trabalhadora, por sua vez, destituída do uso do território.

Sabemos que, enquanto avança sem solução, se desenvolve o conflito, chegando a criar obstáculos para a reprodução da sociedade; frente a que, não resta senão lutar, inexoravelmente, em favor da vida. A atividade do MST é, neste sentido, parte de um importante laboratório social, movido pelos trabalhadores, no qual se luta coletivamente pela superação das dificuldades econômicas impostas nas atuais condições históricas pelo capitalismo, e na perspectiva do desenvolvimento de novas relações sociais de produção; diante disso, buscamos dialogar sobre as nossas mais profundas afinidades e de como podemos avançar juntos na construção de uma existência social emancipada.